

LIMITES DO DESENVOLVIMENTO: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FACE AO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DO BÔNUS DEMOGRÁFICO NO BRASIL

Diego Rodrigo de Oliveira
Edson Trajano Vieira
Silvio Luiz da Costa

GRUPO DE TRABALHO: GT 10: Indústria e Território no Brasil no século XXI

RESUMO

O presente artigo busca investigar a tendência de precarização do trabalho no Brasil face ao processo de desindustrialização em marcha combinado com a transição demográfica em trânsito no país. A princípio, o artigo apresentará os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, e como se combinam dialeticamente. Em seguida, busca problematizar, a partir do desenvolvimento, o maior contraponto colocado ao projeto de industrialização no Brasil, que é a acelerada e precoce desindustrialização em curso. Ao expor que o processo de desenvolvimento é multifacetado, impulsionado, ou obstruído, por estruturas perversas ou conjunturas de crise, somou-se à reversão industrial o momento demográfico vivido pelo Brasil. Desse modo, constatou-se que o país atravessa o seu melhor momento demográfico, em que a sociedade brasileira é presenteada por um bônus demográfico. Ao mesmo tempo, observa-se a consolidação de uma classe trabalhadora pós-fordista precarizada em um contexto de uma sociedade de serviços com baixa sofisticação, desprivilegiando o bônus. Essa combinação questiona a trajetória de desenvolvimento do Brasil e, portanto, pode ser amenizada mediante políticas públicas setoriais articuladas à criação de um projeto nacional de neoindustrialização.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Precarizados. Desindustrialização. Bônus demográfico. Sociedade de serviços.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, em diferentes espaços e temporalidades, os países buscaram, ao seu modo ou importando modelos, alcançar o desenvolvimento. Existiu uma corrida em escala global pelo desenvolvimento econômico, algo jamais vislumbrado na história. O próprio conceito de desenvolvimento foi se reconfigurando e se aperfeiçoando na medida em que novas dinâmicas econômicas e sociais foram postas como possibilidades ou desafios. O Brasil, a partir da década de 1930, cria novas estratégias para acelerar e alcançar o desejado desenvolvimento, que foi acompanhado e impulsionado por um rápido processo de industrialização. Para além disso, novas teorias da segunda metade do século XX (Rodney, 2022; Furtado, 2009; Furtado, 1983; Santos, 2008; Oliveira, 2013), sobretudo originárias do Sul Global, inclusive de autores brasileiros, questionam as narrativas hegemônicas que buscavam compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

É a partir desses novos olhares, criados a partir do mundo pobre, que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são apresentados como uma unidade que se retroalimenta, isto é, o desenvolvimento de um país é compreendido com maior precisão à luz do subdesenvolvimento que caracteriza a maior porção dos países. Desse modo, subdesenvolvimento deixa de ser uma etapa ou degrau da trajetória do desenvolvimento, e passa a ser tornar um lugar de inserção dos países no sistema-mundo (Furtado, 2009). Mais do que uma realidade econômica e social, o subdesenvolvimento passa a ser um produto histórico e das relações capitalistas, exigindo, portanto, mais do que nunca, o esforço analítico a partir de novos métodos.

Examinar o desenvolvimento a partir de uma concepção mais ampla e completa, o que significa extrapolar as variáveis econômicas, requer um labor analítico interdisciplinar, uma vez que o desenvolvimento por essência é interdisciplinar. É nesse sentido que o desenvolvimento econômico extrapola a dinâmica do crescimento econômico por si só. Embora seja imprescindível, demanda uma combinação com outras variáveis e dimensões materiais e imateriais.

Posto isto, e em função de sua natureza interdisciplinar e dinâmica, entende-se o desenvolvimento a partir de vários vetores ou fenômenos que combinados podem alterar a sua trajetória, inclusive com base em estruturas antidesenvolvimentistas que se impõem perversamente sobre a sociedade. Isto impõe, inevitavelmente, alguns questionamentos que apontam para as oportunidades e, também, para os limites, como, por exemplo, em que medida uma determinada realidade econômica-social que experimenta um acentuado processo de desindustrialização precoce, inserida em um contexto de bônus demográfico e,

por outro lado, de surgimento de uma sociedade de serviços com postos de trabalhadores precarizados, pode trilhar de modo sustentável e equilibrado o caminho do desenvolvimento? Convertendo essa indagação em ideias, chega-se nos tópicos subsequentes que estruturam o presente artigo.

INDÚSTRIA, DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Todos os povos se desenvolveram em alguma medida de uma forma ou de outra (Rodney, 2022). A variável encontra-se na taxa de desenvolvimento empreendida de continente para continente para cada tempo histórico. Para este último autor, entende-se o desenvolvimento, enquanto sociedade humana, como um processo multifacetado, que extrapola os valores e habilidades intrínsecas ao ser individual, isto é, “liberdade, responsabilidade, habilidade têm sentido real em termos de relações humanas em sociedade” (Ibidem, p. 24).

Embora se reconheça o desenvolvimento como fenômeno amplo, profundo e sempre inacabado, tanto no aspecto individual ou social, é preciso compreendê-lo também a partir do aspecto econômico, e mediante uma perspectiva histórica. Neste sentido, o desenvolvimento econômico pode ser aferido pela capacidade do ser humano em lidar com o meio ambiente, melhor dizendo, a competência de controlar o ambiente material para sua reprodução e de seu grupo. Desta forma, é possível pensar que desde os primórdios do surgimento e evolução do homem houve um contínuo desenvolvimento econômico das sociedades, ainda que nesta trajetória ocorressem períodos ou eventos que contestassem a manutenção e continuação do processo. As sociedades em uma perspectiva histórica e territorializadas em espaços diferentes, e em épocas diferentes, sempre buscaram desenvolver técnicas que objetivavam aumentar a subordinação do espaço aos seus imperativos e desejos. Isso significa apontar que a ideia de desenvolvimento econômico não é um atributo exclusivamente da modernidade. É um fenômeno histórico que permeia e se confunde com a própria história da humanidade, ou como afirmou Furtado (2009, p. 147) “o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica”.

Uma vez exposta a ideia de desenvolvimento torna-se relevante e necessário trazer o significado do subdesenvolvimento. Para tanto, parte-se do pressuposto que o subdesenvolvimento não é a falta de desenvolvimento, uma vez que todos os povos experimentaram em algum momento histórico algum grau de desenvolvimento. Para Rodney

(2022, p. 42) “o subdesenvolvimento só faz sentido como meio de comparação de níveis de desenvolvimento”. Sendo moderna, portanto, um atributo demarcado em um tempo específico, a lógica de um grupo de indivíduos que busca conscientemente, e em escala ampliada, tirar o máximo de lucro da produção, valendo-se da exploração em todos os níveis, resulta daí a evolução do desenvolvimento econômico desigual, isto é, a própria ideia do subdesenvolvimento. O sentido deste último termo, portanto, só pode ser refletido à luz da comparação.

O subdesenvolvimento econômico de um país é um produto histórico articulado continuamente no tempo e no espaço a mecanismos de ações colonialistas, imperialistas e de exploração capitalista (Rodney, 2022). Em outras palavras, o termo subdesenvolvimento, embora seu diagnóstico mais cirúrgico seja recente, sua história confunde-se com a própria história do surgimento e evolução do capitalismo. São indissociáveis as dinâmicas econômicas praticadas nos países avançados em relação às dinâmicas econômicas dos países de capitalismo atrasado ou periférico. É um sistema fechado que se retroalimenta, ou melhor dizendo, o desenvolvimento econômico de um punhado de nações é oxigenado pela manutenção do subdesenvolvimento da maior parte dos países do mundo. Conclui o último autor que “o fato é que as razões mais profundas para o atraso econômico de determinada nação não se encontram nessa nação” (Ibidem, p. 51). No contexto de emergência na Europa de uma economia industrial no fim do século XVIII, complementa Furtado que tal acontecimento “provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões do planeta” (2009, p. 160). Daí vem a colocação do dramaturgo brasileiro Nelson Rodrigues que o subdesenvolvimento não se improvisa.

Em sua obra *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado (1983) evidencia o subdesenvolvimento como uma forma particular de fenômeno histórico, e para completar sua visão, qualifica o desenvolvimento como uma ilusão em função do seu caráter não universal, ou melhor, em termos gerais não é possível materialmente reproduzir o modelo de sociedade dos países avançados para todas as nações do mundo. Para além desta interpretação, pontua-se, conforme destacado pelo autor, que a maior parte dos países subdesenvolvidos são excluídos dos benefícios do crescimento econômico mesmo quando em vias de industrialização. Neste sentido o que há na periferia é apenas um processo de modernização (Furtado, 1983). Para Furtado (2009) o subdesenvolvimento não é uma etapa ou degrau para a inclusão no seleto grupo de países desenvolvidos. O que o autor afirma é que, diferentemente de uma etapa ou incursão linear, o subdesenvolvimento é uma

formação particular e histórica, e com uma específica inserção na Divisão Internacional do Trabalho. Isso quer dizer que não se trata de uma passagem ou posição efêmera, trata-se de uma condição dada pelo próprio sistema para sua integração nele. Daí vem o aspecto negativo, que é a manutenção do subdesenvolvimento como única alternativa histórica de inserção no sistema-mundo.

Oliveira (2013, p. 32-33) pontua que o subdesenvolvimento não é apenas uma formação histórica, é também uma formação capitalista. Para o autor, “o subdesenvolvimento é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo”. Assim, de uma perspectiva interna das estruturas de dominação, ou das classes sociais internas, a dualidade desenvolvimento e subdesenvolvimento mostra-se insuficiente, uma vez que elas não se opõem, ou melhor, os setores tradicionais, ou subdesenvolvidos, da economia brasileira não estão em trânsito rumo ao desenvolvimento, e tampouco devem ser superados para apressar o desenvolvimento econômico. Esclarece o autor que o desenvolvimento e subdesenvolvimento interno da economia brasileira “mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contraditórios, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’ [...]”. Daí deriva um duplo problema, que são: o subdesenvolvimento enquanto formação capitalista move-se em função de sua capacidade de criar excedente que é, em parte, apropriado externamente, e segundo sua incapacidade de se apropriar internamente da outra parte restante, que é transferida para os setores modernos, ou desenvolvidos.

A mesma posição é defendida por Santos (2008, p. 55-56), quando afirma que “a ideia de um dualismo em que as duas categorias históricas de atividades estariam em conflito parece assim ultrapassada”. Complementa o autor quando diz, em referência ao circuito superior da economia (moderno ou desenvolvido) e o circuito inferior da economia (tradicional ou subdesenvolvido), “que os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados”.

Vieira e Santos (2012) buscam diferenciar o conceito de crescimento econômico de desenvolvimento econômico. Para esses pesquisadores, a industrialização pode gerar crescimento econômico sem, necessariamente, prover o desenvolvimento. Isso significa apontar que o conceito de desenvolvimento contempla uma totalidade maior, que extrapola os limites da economia, e passa por circuitos imateriais e imensuráveis. Contudo, não marginalizam o peso da industrialização na trajetória de desenvolvimento, desde que acompanhado de uma racionalidade política, não apenas econômica, que garanta uma

melhor distribuição de renda, e de modo geral, amplie o atendimento às necessidades básicas da sociedade.

Neste sentido é imperativo pensar a relação entre desenvolvimento econômico e industrialização. Vieira (2009, p. 45) defende que “ao longo da história do capitalismo do século XIX há uma relação direta entre industrialização e desenvolvimento”. A mesma posição é compartilhada por Rodney (2022, p. 45) quando diz que “os países desenvolvidos são todos industrializados” e por Cano (2012) ao afirmar a impossibilidade do desenvolvimento econômico sem a presença qualitativa da indústria. Santos (2008, p. 163) pontua que a indústria endógena é o “setor indispensável a um crescimento verdadeiramente nacional”. Já Costa (2005) mostra os limites do desenvolvimento a partir do processo de industrialização. Para este último autor “o desenvolvimento está intimamente imbricado com a mudança das estruturas mentais e dos hábitos sociais, que envolve homens concretos e seus projetos de trabalho e investimento (Ibidem, p.32)”.

O que parece sugerir é que o crescimento econômico oriundo da industrialização não necessariamente se traduz em desenvolvimento no sentido mais amplo do conceito. Completa o autor dizendo que “a sinonímia países industrializados e países desenvolvidos parece, portanto, menos verdadeira” (Ibidem, p. 30), o que também é confirmado por Vieira (2009, p. 47) quando afirma que as contradições das relações capitalistas “não são suficientes para determinar que o crescimento, necessariamente, seja acompanhado pelo desenvolvimento econômico”.

Assim, com base nos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, e já evidenciado a notabilidade que este artigo atribui à indústria na construção do desenvolvimento, torna-se contundente examinar no tópico seguinte dois processos articulados que ocorrem em sequência direta, rápida e permeada de contradições, quais são: a industrialização e a desindustrialização da economia brasileira.

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

Desde as primeiras incursões econômicas empreendidas até a Revolução de 1930, a economia brasileira foi reconhecidamente do tipo colonial (Rezende Filho, 1999). Grandes extensões de terras na forma de latifúndios, monocultura voltada para o exterior, produção em grande escala, e mão de obra escravizada até a abolição em 1888, marcaram as

relações de produção no Brasil. São elementos que corroboram com a visão de Andrade (2004, p. 43) quando diz que a “colonização do Brasil foi um empreendimento econômico típico de dominação do capitalismo mercantil”, inaugurado a partir de mais um capítulo da expansão territorial portuguesa. Neste aspecto é plausível falar em uma economia primário-exportadora como centro dinâmico da economia brasileira até os primórdios do projeto industrializante na década de 1930.

O café foi o grande e importante protagonista da economia de base primário-exportadora até as primeiras décadas do século XX, sendo, portanto, o motor da economia brasileira entre os anos de 1840 a 1930. Embora provocasse uma mudança estrutural nas paisagens naturais nas regiões de plantio, mão de obra escravizada, monocultura, concentração de terra e de renda, representava, em 1925, 70% das exportações do Brasil (Rezende Filho, 1999). O aspecto relevante do denominado ciclo do café para os propósitos aqui desenvolvidos, está nas condições e estruturas criadas por esta atividade primária que contribuíram substancialmente para os primeiros empreendimentos industriais no fim do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, Costa (2005) e Ricci (2006) concordam no entendimento da relevância do café para as primeiras atividades industriais. Percebe-se, portanto, o estopim de uma experiência, ainda não como projeto, de criação de indústrias no contexto da República Velha, que era de cunho liberal (Bresser-Pereira, 2015) e demasiadamente receptiva aos mandos e desmandos da elite cafeeira (Rezende Filho, 1999). O que aconteceu, portanto, foi um crescimento industrial sem industrialização. Isso se deu em função da dependência e dominação do capital industrial em relação ao capital cafeeiro, combinação reorganizada a partir da década de 1930.

O Brasil chega em 1929 com 97,5% do total das exportações exclusivamente com produtos primários, configurando-o com um país do tipo exportador de *commodities* (Rezende Filho, 1999), revelando, deste modo, o caráter frágil e vulnerável da economia, situação que passará a ser remediada a partir dos anos subsequentes, dentro de um novo contexto político e de projeto econômico.

A partir de 1930, em consequência da falência do modelo agroexportador, inicia-se a Revolução Industrial Brasileira, ou como sugere Bresser-Pereira (2015), uma revolução de caráter nacionalista e capitalista toma forma no Brasil, o que significa “o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (Oliveira, 2013, p. 35). Para Pochmann (2016, p. 81) “somente a partir dos anos de 1930 e, pelo menos até a década de 1980 que o capital industrial manteve-se ativo no contínuo processo central de revolucionar

e liderar o conjunto das forças produtivas”. O Brasil tem sua primeira e tardia grande ruptura com o modelo econômico tipicamente colonial, e, por consequência, a emergência de um projeto industrial.

Como bem mostrado por Cano (2012), no final de década de 1970, a indústria de transformação representava aproximadamente 1/3 do PIB nacional. Wasques (2019) pontua que em meados da década de 1980 essa participação alcançou 35,9%. Neste sentido, o Brasil estrutura um parque industrial diversificado e quase completo (Abdal, 2015), embora, com alto grau de dependência dos centros de comando exógenos. Neste momento de considerável participação da indústria no produto, a pauta exportadora brasileira configura-se com uma maior presença de produtos manufaturados, que diante da crise sistêmica da desindustrialização será continuamente substituída por produtos primários, de baixo valor agregado, tendo no ano de 2011 apenas 14,6% do PIB nacional oriundo da indústria de transformação. Sob outra perspectiva, Pochmann (2016) pontua que a indústria brasileira representava apenas 0,4% do produto industrial do mundo em 1940, contexto distinto da década de 1980, em que esta representação salta para 3,2%, caindo para 1,7% em 2012. Uma clara evidência do processo em curso da desindustrialização.

Para Wasques (2023, p. 88) a “desindustrialização consiste em uma redução persistente da participação do emprego industrial e do valor adicionado pela indústria de transformação no emprego total e no PIB”. A partir da definição é possível afirmar que esse fenômeno não é exclusivamente brasileiro, embora possa ser singular. Esse último autor dedicou-se em mostrar a desindustrialização no México, país latino-americano que guarda características próximas do Brasil, qual seja, industrialização tardia e dependente. Ele constatou uma perda relativa da participação da indústria de transformação naquele país ainda mais precoce que o caso brasileiro. Porém, o mesmo autor afirma ocorrer um movimento de reindustrialização no México a partir da segunda década do século XXI.

Pochmann (2016) amplia os limites da desindustrialização para além da participação do emprego e do produto industrial. Para ele, o processo de industrialização não se sustenta, necessariamente, com ampliação do número de indústrias, o que também, segundo o autor, é verdade para a desindustrialização, isto é, “o decréscimo relativo da produção do setor industrial no conjunto da economia não indica efetivamente a desindustrialização (Ibidem, p. 18). A mesma posição é compartilhada por Santos (2008), que advoga que industrialização não é sinônimo da criação de indústrias, uma vez que o parque industrial pode estar integrado aos monopólios imperialistas externos, operando em detrimento a uma articulação com algum programa de desenvolvimento nacional. Neste

caso o que se observa é um crescimento industrial extrovertido e orientado pelos interesses que escapam do controle da nação.

Se existe uma desindustrialização em marcha no Brasil, é preciso compreender a sua natureza. Para Cano (2012) a queda do PIB industrial no Brasil ocorre de modo precoce e sem internalizar as dinâmicas produtivas de criação e desenvolvimento de tecnologia. Embora não seja um processo exclusivamente brasileiro, o que se verifica em algumas economias é uma desindustrialização normal ou positiva, isto é, ocorre, concomitantemente, o aumento dos serviços sofisticados e a queda relativa do PIB industrial, isso dentro de um contexto em que o país alcançou alta renda per capita. Neste sentido não se trata de um fenômeno negativo ou indesejável. O que se passa a ser identificado nestes espaços é um padrão de industrialização avançada (Pochmann, 2016). Ou seja, constitui-se como um processo quase que natural da trajetória econômica, uma vez que não limita o desenvolvimento econômico do país (Wasques, 2019). O que se constata no Brasil é o aposto, ou melhor, antes de alcançar uma renda compatível com as economias desenvolvidas, o país inicia e dá continuidade rapidamente ao processo de desindustrialização, comprometendo o seu desenvolvimento, que aqui vai ser entendido com um processo mais vasto, que extrapola os indicadores econômicos, resultando na ideia que o desenvolvimento deve necessariamente ir ao encontro da justiça social, da diversificação produtiva, da satisfação das necessidades pessoais e da capacidade de provocar e gerir rupturas políticas e socioeconômicas (Abdal, 2015). Essa preocupação em conceituar o desenvolvimento com um aspecto multifacetado também é compartilhado por Costa (2005). No campo econômico a desindustrialização do país impactaria “sobre o potencial de crescimento de longo prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento” (Oreiro e Feijó, 2010, p. 224).

É pertinente observar que a revolução industrial no Brasil ocorreu em compasso com a sua revolução demográfica, do mesmo modo que o país envelhece sem sua população se desenvolver. Outro aspecto relevante a se destacar é que justamente na fase mais generosa em que o país se encontra na transição demográfica, isto é, naquele momento em que o número de adultos é maior que o de idosos e crianças somados, o chamado bônus demográfico, um perverso processo de desindustrialização precoce se configura na economia, revelando o lado oposto da mesma moeda, ou melhor, impondo a destacada contrapartida da industrialização brasileira, que é sua acelerada desindustrialização. Logo, cabe avaliar e investigar como esse grande contingente de mão de obra, única e

irreproduzível na história, comporta-se e qualifica-se diante do declínio do emprego industrial, que em média, oferta os melhores salários e a garantia de uma relação capital-trabalho sob a tutela dos parâmetros fordistas.

BÔNUS DEMOGRÁFICO E DESENVOLVIMENTO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Ao buscar convergir a dinâmica populacional com o desenvolvimento econômico é preciso definir com algum grau de precisão os termos a serem utilizados. Para isso torna-se elementar apresentar uma breve definição do termo dinâmica populacional, uma vez que o conceito de desenvolvimento econômico já foi aqui exposto.

Camargo (1980) compreende a dinâmica populacional como um processo histórico social. “A fim de continuar, precisa a sociedade repor e recriar as condições que garantam a sua persistência” complementa o autor (Ibidem, p. 12). Neste sentido, o movimento de uma população está dentro de uma perspectiva histórica, e só é possível ter fins analíticos sobre ela a partir da ideia de tempo, uma vez que “as sociedades transcorrem um tempo interno histórico inerente à duração da vida social” (Ibidem). Importa observar que se a sociedade está submetida a um processo histórico, e por meio dele se reproduz, o indivíduo integrante da sociedade também está constrangido pelo tempo biológico, isto é, uma trajetória certa e linear, do nascimento até a morte, mas que garante a sucessão de gerações, e, por conseguinte, a persistência da sociedade.

Os maiores desafios atuais impostos ao desenvolvimento partem da transição demográfica, que aqui se entende como um processo social (Brito, 2008). Isso impõe a necessidade de se pensar que o tamanho da população e o seu crescimento perdem relevância analítica frente à centralidade que a evolução da estrutura etária da população ocupa (Rudi, 2008). Descrevendo a transição demográfica, na primeira fase com altos índices de natalidade e de mortalidade, o crescimento vegetativo¹ é moderado. Na segunda fase, com queda gradual da mortalidade e manutenção da alta natalidade, ocorre aceleração do crescimento vegetativo, ou a denominada explosão demográfica. Na fase subsequente da transição, já com a redução da taxa da mortalidade, começa a declinar a natalidade, repercutindo na desaceleração do crescimento populacional. Nesta fase, importante ressaltar, que em função do elevado crescimento da etapa anterior, um grande contingente populacional de idade adulta estará constituída. É nesta fase que se começa a observar uma queda cada vez mais acentuada da frequência de crianças na estrutura etária

¹ Crescimento vegetativo é a diferença entre a taxa de natalidade com a taxa de mortalidade.

da população, e também, maior frequência de participação dos idosos. Daí vem o chamado bônus demográfico. Por fim, na última fase a taxa de mortalidade supera a taxa de natalidade. Neste momento, proporcionalmente a faixa etária idosa é pujante, o que explica o crescimento da taxa de mortalidade. O Brasil encontra-se atualmente na fase do bônus demográfico (Brito, 2010).

Na perspectiva do desenvolvimento econômico, a terceira fase, ou fase do bônus demográfico, momento da transição demográfica que o número de adultos é maior do que o número de crianças e idosos somados, corresponde ao momento mais pró-desenvolvimento, inclusive em função da maior taxa de participação². Todavia, ressalta-se que não é automática ou natural a entrada de trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho (Guimarães, Barone e Brito, 2015). Para Rudi (2008, p. 5) a atual fase que o Brasil ocupa na transição demográfica “oferece claramente, oportunidades para a intensificação do desenvolvimento na região, assim como sérias ameaças, caso o mesmo não se consolide em determinado espaço de tempo”. Este pesquisador afirma, por exemplo, que a Ásia foi presenteada pela janela de oportunidades oferecida pela transição demográfica em algo em torno de 0,5 a 1,3 pontos percentuais ao ano referente ao produto per capita, o que significa ser responsável de 15% a 40% da média de crescimento do PIB calculado em 3,3% no período entre 1965 a 1990.

O que defende Alves (2004) é que as condicionantes demográficas das três primeiras décadas do século XXI são mais favoráveis para o desenvolvimento econômico que as últimas cinco décadas do século XX, inclusive no período entre 1950 a 1980, momento de maior crescimento do nacional-desenvolvimentismo. Se no período entre 1950 a 1980 o crescimento da população foi em média de 2,8%, entre o período de 2000 a 2030, a média é de 0,8%, chegando ao ano de 2030 em 0,4% (Ibidem). Para além de apontar o crescimento maior ou menor da população, tais variações indicam uma clara mudança colossal na estrutura etária brasileira em função da transição demográfica, resultante do ciclo urbano-industrial-modernizante da segunda metade do século XX. Na transição, primeiro se verificou um peso maior das crianças, situação alterada pela maior participação atual dos adultos, o que hoje representa cerca de dois terços da população (Alves, 2004), e que tende, como estágio final da transição, a participação relativa maior dos idosos, fruto da queda e manutenção da taxa de mortalidade e da redução drástica da natalidade. Outra mudança estrutural verificada pelo autor foi a maior participação feminina na PEA

² “A taxa de participação é o indicador que expressa e quantifica a propensão de indivíduos ao engajamento no mercado de trabalho” (Abdal, 2015, p. 60)

(População Economicamente Ativa)³ a partir da segunda metade do século XX, o que explica o estopim da queda da taxa de natalidade nas décadas subsequentes.

O bônus demográfico de um país começa quando a PIA (População em Idade Ativa)⁴ é maior ou igual a soma da RD (Razão de Dependência)⁵ do grupo de idosos com a RD do grupo de crianças, e acaba quando a PIA é igual ou menor à mesma referência. No Brasil, segundo Carmo e Camargo (2020), o bônus demográfico brasileiro iniciou na segunda metade da década de 1990, e perdurará até a segunda metade da década de 2050, totalizando sessenta anos, com o seu ápice entre 2020 e 2025. Alves (2004, p. 3) pontua que no período 1950-1980 para cada cem pessoas em idade de trabalhar havia oitenta e sete dependentes (crianças mais os idosos). Já no período 2000-2030, para cada cem pessoas em idade de trabalhar, há quarenta e sete dependentes, “isso significa que a ‘carga econômica’ da dependência demográfica é bastante menor nesse início do século XXI, do que qualquer outro momento da história brasileira”. A partir da segunda metade da década de 2030, a RD dos idosos, que atualmente está em elevação, ultrapassará a RD das crianças, que atualmente está em queda. Isso significa que a partir do último período citado a RDT (Razão de Dependência Total)⁶ irá aumentar, esgotando o ciclo brasileiro do bônus demográfico.

O que está posto como desafio para o desenvolvimento econômico, e, por conseguinte, para a sociedade brasileira, bem como para realidades delimitadas e locais, como o município de Taubaté-SP, é que o aproveitamento do bônus demográfico não se dá de modo automático, tampouco naturalmente. É mediante políticas públicas de longo prazo que poderá ocorrer um aproveitamento integral e efetivo da janela de oportunidades que ainda está aberta pelo bônus demográfico em curso no país. Vale lembrar, que em acréscimo ao bônus demográfico, as primeiras décadas do século XX são configuradas por uma sociedade predominantemente urbanizada e com baixos índices de analfabetismo, o que pode impulsionar, do ponto de vista demográfico, o desenvolvimento econômico. Por outro lado, na medida em que a janela de oportunidades se coloca à disposição do desenvolvimento, no fim do processo da transição demográfica existirá uma fatura a ser paga de importância notável, sobretudo devido à seguridade social. O que hoje é um presente pode ser um risco no futuro próximo.

³ Corresponde a todas as pessoas que estão trabalhando, ou que estão procurando emprego.

⁴Corresponde a todas as pessoas entre 14 a 65 anos.

⁵É definida pelo quociente entre a população dependente (crianças e idosos) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos).

⁶É a soma da razão de dependência das crianças com a soma da razão de dependência dos idosos.

Neste sentido, Brito (2010) adverte para o aceleração da transição demográfica no Brasil, o que, segundo o autor, não é neutra, isto é, não é autônoma em relação às variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais. Como já citado anteriormente, trata-se de um processo social e tipicamente marcado por desigualdades sociais (Brito, 2008). Sendo assim, reconhecendo a acentuada queda da fecundidade como principal motor do aceleração da transição, reconhece-se, também, mudanças estruturais na sociedade brasileira que resultam no aceleração, e mudanças na própria sociedade causadas por este último. A questão colocada pelo pesquisador não está na avaliação se a transição demográfica, por si só, é um mal ou um bem para a sociedade como todo. O que ele observa é o grau de políticas públicas condicionadas a cada momento, ou fase, da transição. Desse modo, a própria ideia de bônus demográfico é incompleta se desprovida de ações do poder público no sentido de um aproveitamento integral do fenômeno, e que possam surtir efeito, especialmente, no longo prazo (Abdal, 2015). Dessa forma, algumas políticas podem contribuir para a valorização do bônus demográfico, como: i) capacidade do mercado de trabalho em absorver mão de obra formalizada e qualificada dos trabalhadores; ii) maior e continuada qualificação dos trabalhadores; iii) criação de empregos industriais, que na média são aqueles que apresentam renda maior; iv) fortalecimento dos direitos trabalhistas para mitigação da precarização das relações trabalhistas.

Em um contexto em que o Brasil parece envelhecer sua população sem se desenvolver (Brito, 2010), e, do ponto de vista demográfico, é presenteado por uma janela de oportunidades configurada na forma de um bônus demográfico ainda em curso, é imprescindível questionar que tipo de sociedade de trabalho se estrutura em paralelo com a acelerada transição demográfica, e em que medida o mundo do trabalho é capaz de oferecer uma resposta justa ao singular, único e irreproduzível momento demográfico do Brasil para mirar novos saltos de desenvolvimento.

Objetivando conhecer como o universal se articula com o local, selecionamos o município de Taubaté-SP, que está em consonância com a média nacional, isto é, experimenta o próprio bônus demográfico. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2025), o município apresenta clara mudança no perfil etária população e, por consequência, na razão de dependência total. Em 1991, a RDT era de 57,5% (Pinotti e Manolescu, s/d), evoluindo para 47,36% em 2000, e para 40,61% em 2000 (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2025). O desafio que se coloca para Taubaté, que experimenta um processo de desindustrialização (Santos e Vieira, 2023), e com isso perdas de postos de trabalho na indústria, em pleno fenômeno de bônus demográfico, é pensar a trajetória do

desenvolvimento a partir de políticas públicas que possam remediar, ou mitigar, os efeitos no futuro da cidade. Neste sentido, um novo tipo de sociedade, ou de classe trabalhadora, parece emergir, dobrando os desafios já postos.

A SOCIEDADE DE SERVIÇOS E A NOVA CLASSE TRABALHADORA: POTENCIALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO?

Antunes (2018, p. 33) alerta para o fato que “vem aflorando em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços”. Isso significa que em determinados países, inclusive no Brasil, há um “crescimento exponencial do novo proletário do setor de serviços” (ibidem, p. 30). Mais do que uma transição do emprego industrial para o emprego de serviços, é o encontro do grande capital ao processo de mercantilização da sociedade e de suas demandas imateriais, criando, portanto, novos aspectos de precariedade e flexibilização da relação capital-trabalho em escala global, embora possa se intensificar nas economias do Sul Global, criando uma massa de trabalhadores com jornadas intermitentes, desprotegida de proteção social e impulsionada e dominada pelas grandes corporações de plataforma digital. O que está em marcha é uma metamorfose no mundo do trabalho, e que impõe a pergunta: qual é a nova morfologia do trabalho no Brasil, isto é, quem é a classe trabalhadora hoje?

Standing (2014) fornece evidências que ajudam na elaboração de uma resposta que pode se aproximar, ou tocar, o fenômeno tão desafiador que se impõe no mundo do trabalho. Reconhece, como filho da globalização neoliberal, a figura do precariado⁷. Trata-se, segundo o autor, de uma nova classe em transformação, ao mesmo tempo compreende que os precariados não compõem a classe trabalhadora, uma vez que as novas relações de trabalho pós-fordistas caracterizam-se como líquidas, isto é, rompendo ou desestruturando os empregos estáveis, a segurança no trabalho, o vínculo e proteção dos trabalhadores pelos sindicatos e coletivos, e até mesmo o conhecimento e a familiaridade de quem o emprega.

Observando a partir do Sul Global, em especial pelo Brasil, o que se verifica a partir dos anos de 1990, é uma convergência de políticas e de fenômenos que se revelam, nos dias atuais, em limitações para o desenvolvimento em sua concepção mais ampla. A

⁷ Neologismo desenvolvido por Standing que combina o adjetivo precarizado com o substantivo proletariado.

combinação das políticas neoliberais de flexibilização do mercado do trabalho⁸, com o início do bônus demográfico ainda em curso, somados ao precoce processo de desindustrialização em marcha da economia brasileira, impôs estruturas perversas, como o desenvolvimento desigual e precário. Na verdade, o que parece acontecer, inclusive convergindo com Standing (2014), é o aumento brutal da acumulação de capital pela superexploração do trabalho, isso em um país que historicamente a precariedade da força de trabalho sempre foi presente (Braga, 2014). Agora, diferentemente de períodos pretéritos, a precarização e os sujeitos precarizados se encontram em novas atividades econômicas, assim como em novas identidades políticas.

No empreendimento de articular o precariado do Sul Global ao sindicalismo, Braga (2014) aponta o número crescente de precarizados no Brasil e em Portugal. No primeiro, destaca e explora o mundo dos operadores de telemarketing, que segundo o autor, representa o segundo maior grupo ocupacional do país, atrás apenas das empregadas domésticas. Para ele é “dispensável dizer que condições muito precárias de emprego prevalecem no *call center*” (Ibidem, p. 45). A ilustração precária dos operadores de *telemarketing* permite visualizar com certa clareza a figura dos precarizados como “um grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas, submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho” (Ibidem, p. 37). Neste sentido, embora o pesquisador em tela aprofunde o debate sobre o precariado e a precarização sob um prisma específico, isto é, dos profissionais do *telemarketing*, pode ser interpretado como um termômetro geral para a nova classe de serviços que emerge como destino da transição ainda inacabada a partir da sociedade urbana-industrial. O que sugere o autor é a presença de um precariado pós-fordista.

Para Pochmann (2020, p. 94) isso impõe consideráveis impasses para a sociedade brasileira, uma vez que “a antecipação da passagem para a sociedade de serviços decorre mais do inchamento do setor terciário da economia em virtude do vácuo deixado pela precoce desindustrialização”. Daí vem a noção de terciarização da economia combinada com o recuo relativo do emprego industrial, que, conforme o autor, é aquele que produz maior dinamismo como elemento multiplicador na produção e no consumo. Neste sentido, o que ocorre é uma transferência da geração de valor do mundo da produção para o mundo dos serviços, em sua maioria de baixa sofisticação e qualificação dos trabalhadores. Para além disso, a sociedade de serviços é caracterizada também a partir da desregulamentação

⁸ Vide, por exemplo, a Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 e a Lei 13.429 de 31 de março de 2017. A primeira comumente conhecida como Reforma Trabalhista, e a segunda ampliou sem limites a terceirização da força de trabalho.

das relações capital-trabalho, assim como pela desestruturação da proteção social conferida pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Antunes (2018) diz que uma vez que o capital não consegue se ampliar e se reproduzir sem o trabalho, pode precarizá-lo em escala global. É no setor de serviços que essa lógica ganha tônica.

É dentro deste contexto, articulando o global com o local, que realidades menores, como, por exemplo, o já citado município de Taubaté-SP, expõe a frágil e preocupante condição de pensar o seu desenvolvimento. O que se observa no município é uma combinação contraditória entre a desindustrialização, o bônus demográfico, a queda da renda média, a consolidação da sociedade de serviços (NUPES, 2019) e, partindo da ideia “que podemos descobrir o movimento global através dos movimentos particulares” (Santos, 2006, p. 270), e que o local reproduz o global, a precarização do trabalho e o aparecimento do precariado como novo sujeito do mundo do trabalho.

Santos e Vieira (2023) empreenderam uma investigação contemplando o período entre 2010 a 2019 objetivando qualificar as dinâmicas relacionadas ao emprego e ao processo de desindustrialização, que foi devidamente identificado por eles. No período identificaram uma queda de 9,51% nos empregos formais, situação superada negativamente pela destacada queda de empregos formais na indústria de transformação, que foi de 30,15% no mesmo período. Para além disso, identificaram uma redução de 14,03% na renda média dos trabalhadores formais entre os anos de 2012 a 2019, convergindo com a ideia aqui exposta que é no posto de trabalho industrial que se concentra o melhor salário médio, conforme confirmado pelo relatório Emprego e Desemprego no Município de Taubaté em abril de 2019 (NUPES, 2019), destacando o setor industrial em Taubaté com a maior renda média entre os demais. Para enriquecer a narrativa da desindustrialização, Santos e Vieira (2023) afirmam uma variação negativa de 33,88% no PIB industrial em Taubaté no período entre 2010 a 2019.

O que está posto para a cidade de Taubaté é uma situação no mínimo paradoxal. Por um lado a transição demográfica oferece um bônus demográfico ainda em curso, e por outro se verifica uma acentuada desindustrialização em marcha, que combinadas com políticas neoliberais de flexibilização do mercado de trabalho, criam uma sociedade de serviços operada por sujeitos precarizados e desprovidos de direitos. Neste sentido, o bônus demográfico que teria força emancipadora e de mobilidade social para a classe trabalhadora, parece apenas cumprir a função de reprodutor das desigualdades. Compromete-se, desta forma, a construção do desenvolvimento inclusivo com melhores condições de existência para toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades modernas, especialmente aquelas não desenvolvidas sob o crivo econômico, têm apresentado consideráveis obstáculos para conquistarem os índices socioeconômicos das economias desenvolvidas. Isto é, em muitas situações desafios estruturais que quando combinados com outras estruturas perversas, ou até mesmo fenômenos conjunturais de crise, resultam, apenas, na reprodução do subdesenvolvimento.

O Brasil, embora tenha feito duas revoluções de grande proporção ao longo do século XX, a saber, a industrial e a demográfica, não logrou alcançar os índices socioeconômicos das economias avançadas. No fim do século, oficializou-se um divórcio no país em prejuízo da sociedade brasileira, quer dizer, a origem e a evolução do bônus demográfico, a partir da segunda metade da década de 1990, não encontrou correspondente na economia, pois naquele momento deu-se início ao mais rápido processo de desindustrialização precoce do mundo, que ainda está em curso. Ao mesmo tempo verificou-se a emergência de um contingente extraordinário de precariados ocupando postos de trabalho na, agora, sociedade de serviços. O que parece sugerir que o bônus demográfico cumpre um papel de reprodutor das desigualdades.

Assim sendo, identifica-se uma estrutura antidesenvolvimentista na sociedade brasileira que precisa ser remediada por políticas públicas que passem pela reconstrução da indústria nacional mediante a neoindustrialização, assim como pelo melhor aproveitamento do bônus demográfico, e que juntas possam reverter a tendência de precarização do mundo do trabalho, que no limite, confronta-se com as possibilidades de desenvolvimento em todas as esferas da vida social, econômica, ambiental e cultural. A efetividade da seleção de políticas públicas, assim como a sua viabilidade política e econômica, articuladas ao processo de neoindustrialização são temas sugeridos para futuras investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDAL, Alexandre. **Sobre regiões e desenvolvimento**: os processos de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010. 2015. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. 2004. Disponível em:

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/wpcontent/uploads/2010/08/bonus-demografico.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Estrutura etária da população no município - Taubaté/SP - 2000 e 2010**. ATLASBR, 2025. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/355410#sec-demografia>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Sul global. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 22, p. 38–61, 2º sem. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e estado desde a independência. 2º ed. São Paulo: Editora 34, 2015. 461p.

BRITO, Fausto. **A reinvenção da transição demográfica**: envelhecer antes de enriquecer? Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/cdptexdis/td401.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v.25, n.1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. Dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maria Stella Ferreira; SZMRECSÁNYI (Org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 12-18.

CANO, Wilson. A desindustrialização do Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CARMO, Roberto Luiz; CAMARGO, Kelly. Dinâmica demográfica brasileira recente: padrões regionais de diferenciação. In: NETO, Aristides Monteiro (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. p. 23-115.

COSTA, Silvio Luiz. **Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento**. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005. 179p.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 117 p.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; BARONE, Leonardo Sangali; BRITO, Murilo Marschner Alves de. Mercado e mercantilização do trabalho (1960-2010). In: ARRECTHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

NUPES - NÚCLEO DE PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS. **Emprego e desemprego no município de Taubaté em abril de 2019**. Taubaté: UNITAU, 2019. OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1º ed., 4. Reimpr. - São Paulo: Boitempo, 2013.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem Aparecida. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo-SP, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

PINOTTI, Lucio Manzini; MANOLESCU, Friedhilde Maria K. **Desenvolvimento Sócio Econômico do Município de Taubaté**. In: VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. p. 734-737. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-41.pdf . Acesso em: 05 de maio de 2025.

POCHMANN, Marcio. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-99, jan. 2020

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

RICCI, Fábio. **Indústria têxtil na periferia: origens e desenvolvimento**— o caso do Vale do Paraíba. 1º ed. - Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006. 180p.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. 1º ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

RUDI, Rocha. **Transição demográfica e desenvolvimento na América Latina**. São Paulo e Santiago: IFHC/CIEPLAN, 2008. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/files/papers/443.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Moacir José dos; VIEIRA, Edson Trajano. Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil: o caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte no estado de São Paulo. In: TEIXEIRA, Aurora; DELGADO, Ana Paula; CARVALHO, Luis; MOTA, Maria Isabel; CASTRO E SILVA, Maria Manuela. **Estudos de Homenagem a José da Silva Costa**. Porto: Faculdade de Economia da U.Porto (FEP), U.Porto Press, 2023.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o vale do paraíba paulista na segunda metade do século xx. 2009. 177 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté-SP, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012.

WASQUES, Renato Nataniel. O processo de desindustrialização: uma análise dos casos brasileiro e mexicano. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, Macéio-AL, v. 10, n. 23, p. 85-110, julho/2019.